

ÍNDICE GERAL

	Págs.
TÍTULO I – A CONSTITUIÇÃO COMO FENÓMENO JURÍDICO	5
CAPÍTULO I – SENTIDO DA CONSTITUIÇÃO	5
§ 1.º – Constituição e constitucionalismo	5
1. Da Constituição antiga à Constituição moderna	5
2. Da Constituição liberal às Constituições atuais	13
3. Da Constituição em sentido material à pluralidade de Constituições materiais	21
4. Constituição em sentido formal	25
5. Os tempos e os lugares das normas constitucionais	26
6. Constituição em sentido formal e Constituição em sentido instrumental	30
7. A Declaração Universal dos Direitos do Homem como parte da Constituição formal portuguesa	32
8. Os princípios cooperativos como parte da Constituição formal portuguesa	36
9. As leis constitucionais ressalvadas em 1976	38
10. Os símbolos nacionais e a Constituição	40
11. Os tratados europeus e o estatuto do Tribunal Penal Internacional	41
12. Normas material e formalmente constitucionais	44
13. Os problemas constitucionais na transição do século e do milénio	48

	Págs.
14. Direito constitucional e Direito internacional	50
15. A pretensa Constituição europeia	55
16. Transconstitucionalismo e interconstitucionalismo	60
§ 2.º – Conceções gerais sobre a Constituição	61
17. A teorização da Constituição	61
18. As grandes correntes doutrinárias	62
19. Algumas teorias da Constituição	64
20. Algumas posições de autores portugueses e brasileiros	72
21. Visão adotada	83
 CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	 89
§ 1.º – Poder constituinte e formação da Constituição	89
22. Poder constituinte material e poder constituinte formal	89
23. O poder constituinte material (originário)	94
24. Constituição e soberania do Estado	98
25. A revolução como fenómeno constituinte	99
26. A transição constitucional	104
27. Do poder constituinte material ao poder constituinte formal	108
28. Os tipos de atos constituintes <i>stricto sensu</i>	110
29. Forma, legitimidade e conteúdo da Constituição	115
30. As formas e as regras dos atos constituintes	119
31. Os limites materiais do poder constituinte	124
§ 2.º – Fontes das normas constitucionais	131
32. As fontes formais de Direito e o Direito constitucional	131
33. O problema do costume em Constituição formal	133
34. Visão adotada sobre o costume constitucional	137
35. O costume no Direito constitucional português	143
36. Figuras afins do costume constitucional	148
37. A jurisprudência como fonte de normas constitucionais	150
 CAPÍTULO III – MODIFICAÇÃO E SUBSISTÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO	 151

	Págs.
§ 1.º – As modificações constitucionais em geral	151
38. Modificabilidade e modificações da Constituição	151
39. Modificações da Constituição e vicissitudes constitucionais	152
40. As diversas espécies de vicissitudes constitucionais	155
41. Rigidez e flexibilidade constitucionais	164
§ 2.º – A revisão constitucional e o seu processo	169
42. A diversidade de formas da revisão constitucional	169
43. Sistemas de revisão em Direito comparado	174
44. A revisão constitucional nas Constituições portuguesas	180
45. As regras do procedimento de revisão na Constituição de 1976	184
46. Requisitos de qualificação da revisão constitucional	193
47. Um limite temporal-material	197
§ 3.º – Os limites materiais da revisão constitucional	198
48. A formulação de limites materiais da revisão	198
49. Os limites materiais na atual Constituição portuguesa	206
50. A polémica doutrinal sobre os limites materiais	214
51. Posição adotada	222
52. A necessidade de limites materiais de revisão	224
53. A revisibilidade das cláusulas de limites expressos	232
54. Preterição de limites materiais e inconstitucionalidade	237
55. Preterição de limites materiais e fiscalização da constitucionalidade da revisão	239
56. Preterição de limites e transição constitucional	244
TÍTULO II – NORMAS CONSTITUCIONAIS	249
CAPÍTULO I – ESTRUTURA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	249
57. Os princípios e a sua função ordenadora	249
58. Classificações de princípios constitucionais	256
59. A sede dos princípios e os «Princípios Fundamentais» da Constituição	260
60. Os preâmbulos constitucionais	262

	Págs.
61. Classificações de normas-regras	267
62. Normas precativas e normas programáticas	270
63. Normas exequíveis e não exequíveis por si mesmas	273
64. Normas precativas exequíveis, normas precativas não exequíveis e normas programáticas	275
65. A aplicabilidade direta das normas constitucionais	278
 CAPÍTULO II – INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO	 283
§ 1.º – Interpretação e integração das normas constitucionais	283
66. A problemática da interpretação constitucional	283
67. Postulados da interpretação constitucional e seus corolários	292
68. A Constituição e o art. 9.º do Código Civil	298
69. A interpretação conforme com a Constituição	299
70. As lacunas da Constituição e a sua integração	304
 § 2.º – A aplicação das normas constitucionais no tempo	 308
71. A superveniência das normas constitucionais	308
72. Direito constitucional novo e Direito constitucional anterior	310
73. Direito constitucional novo e Direito ordinário anterior	313
74. A subsistência do Direito ordinário não contrário à Constituição	316
75. A inconstitucionalidade superveniente das leis ordinárias anteriores contrárias à Constituição	322
76. Direito constitucional novo e Direito internacional anterior	327
77. Direito constitucional novo e atos jurídico-públicos	328
78. O destino do Direito anterior à face da Constituição de 1976	330
79. <i>A vacatio Constitutionis</i>	334
80. Caducidade de normas constitucionais	335
 § 3.º – A aplicação das normas constitucionais no espaço	 343
81. Constituição e território do Estado	343
82. A aplicação das normas constitucionais no estrangeiro	344
83. Normas constitucionais e normas de conflitos	348